

ATA NÚMERO 395/XII/4.^a SL

Aos quinze dias do mês de julho de 2015, pelas 09:30 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

09h30

Audições no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 329/XII/4.^a (Gov) - Aprova a Lei de Enquadramento Orçamental:

09h30 Conselho das Finanças Públicas

11h30 Presidente do Tribunal de Contas

15h30

1. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1254/XII/4.^a (PCP) - Em defesa do caminho-de-ferro nacional - pela reunificação e gestão integrada da ferrovia, contra a sua liquidação e desmembramento.
2. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1300/XII/4.^a (BE) - Defende o futuro da CP carga.
3. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1501/XII/4.^a (PS) - Recomenda ao Governo a suspensão das reprivatizações da CP Carga SA e EMEF SA.
4. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1552/XII/4.^a (PCP) - Pelo cancelamento das privatizações da EMEF e CP Carga.
5. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1564/XII/4.^a (PCP) - Recomenda ao Governo o imediato depósito e publicação dos Acordos Coletivos de Entidade Empregadora Pública.
6. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1310/XII/4.^a (BE) - Fim das penhoras de habitação própria permanente.
7. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1248/XII/4.^a (BE) - Contra a privatização do serviço público de Transporte Fluvial no Tejo (Transtejo e Soflusa).
8. Outros assuntos.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

16h00

Audição do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 329/XII/4.ª (GOV) - Aprova a Lei de Enquadramento Orçamental.

09h30

Audições no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 329/XII/4.ª (GOV) – Aprova a Lei de Enquadramento Orçamental:

09h30 Conselho das Finanças Públicas

O Presidente da Comissão em exercício, Senhor Deputado Fernando Virgílio Macedo, iniciou os trabalhos dando as boas vindas à Senhora Presidente do Conselho das Finanças Públicas (CFP) e à sua equipa, bem como às Senhoras e Senhores Deputados presentes, enquadrando a audição no âmbito da apreciação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 329/XII/4.ª \(GOV\)](#), após o que deu a palavra à Senhora Presidente do CFP, que efetuou uma intervenção inicial de apreciação do diploma em apreço.

De seguida, em sede de debate, intervieram os Senhores Deputados Eduardo Cabrita (PS), Elsa Cordeiro (PSD), Michael Seufert (CDS-PP) e Paulo Sá (PCP), tendo a Senhora Presidente do CFP usado da palavra para responder às questões colocadas.

Não se registando intervenções adicionais, o Senhor Presidente deu por concluída a audição, agradecendo ao CFP as opiniões transmitidas, bem como toda a colaboração e relacionamento institucional com a COFAP durante a XII Legislatura.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

Diversas informações referentes à audição, nomeadamente a intervenção inicial do CFP e a gravação da audição, podem ser consultadas na [página internet](#) da audição.

11h30 Presidente do Tribunal de Contas

O Presidente da Comissão em exercício, Senhor Deputado Fernando Virgílio Macedo, retomou de seguida os trabalhos, dando as boas vindas ao Senhor Presidente do Tribunal de Contas e

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

demais Juízes Conselheiros presentes, recordando o enquadramento da audição no âmbito da apreciação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 329/XII/4.ª \(GOV\)](#), após o que deu a palavra ao Senhor Presidente do Tribunal de Contas, que efetuou uma intervenção inicial de apreciação do diploma em apreço, tendo intervindo ainda o Senhor Juiz Conselheiro Mira Mendes.

De seguida, em sede de debate, intervieram os Senhores Deputados Eduardo Cabrita (PS), Elsa Cordeiro (PSD), Michael Seufert (CDS-PP), Paulo Sá (PCP) e Pedro Filipe Soares (BE), tendo o Senhor Presidente do Tribunal de Contas e o Senhor Juiz Conselheiro Mira Mendes usado da palavra para responder às questões colocadas.

Não se registando intervenções adicionais, o Senhor Presidente deu por concluída a audição, agradecendo ao Tribunal de Contas as considerações sobre o diploma, bem como toda a colaboração e relacionamento institucional com a COFAP durante a XII Legislatura.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

Diversas informações referentes à audição, nomeadamente a respetiva gravação, podem ser consultadas na [página internet](#) da audição.

A reunião foi, seguidamente, interrompida, tendo os trabalhos sido retomados no período da tarde.

15h30

- 1. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1254/XII/4.ª (PCP) - Em defesa do caminho-de-ferro nacional - pela reunificação e gestão integrada da ferrovia, contra a sua liquidação e desmembramento.**
- 2. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1300/XII/4.ª (BE) - Defende o futuro da CP carga.**
- 3. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1501/XII/4.ª (PS) - Recomenda ao Governo a suspensão das reprivatizações da CP Carga SA e EMEF SA.**
- 4. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1552/XII/4.ª (PCP) - Pelo cancelamento das privatizações da EMEF e CP Carga.**

7. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1248/XII/4.ª (BE) - Contra a privatização do serviço público de Transporte Fluvial no Tejo (Transtejo e Soflusa).

A discussão dos Projetos de Resolução n.ºs [1254/XII/4.ª \(PCP\)](#), [1300/XII/4.ª \(BE\)](#), [1501/XII/4.ª \(PS\)](#), [1552/XII/4.ª \(PCP\)](#) e [1248/XII/4.ª \(BE\)](#) foi realizada em conjunto, com acordo dos diversos GP's proponentes, tendo ocorrido nos termos regimentais aplicáveis, para posterior votação em Plenário. A informação referente à discussão em Comissão segue em anexo à presente ata.

5. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1564/XII/4.ª (PCP) - Recomenda ao Governo o imediato depósito e publicação dos Acordos Coletivos de Entidade Empregadora Pública.

A discussão do [Projeto de Resolução n.º 1564/XII/4.ª \(PCP\)](#) ocorreu nos termos regimentais aplicáveis, para posterior votação em Plenário. A informação referente à discussão em Comissão segue em anexo à presente ata.

6. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1310/XII/4.ª (BE) - Fim das penhoras de habitação própria permanente.

A discussão do [Projeto de Resolução n.º 1310/XII/4.ª \(BE\)](#) ocorreu nos termos regimentais aplicáveis, para posterior votação em Plenário. A informação referente à discussão em Comissão segue em anexo à presente ata.

7. Outros assuntos.

Não foram suscitados outros assuntos.

16h00

Audição do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 329/XII/4.ª (GOV) - Aprova a Lei de Enquadramento Orçamental.

O Presidente da Comissão em exercício, Senhor Deputado Fernando Virgílio Macedo, retomou de imediato os trabalhos, dando as boas vindas ao Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento e enquadrando a audição no âmbito da apreciação, na especialidade, da [Proposta](#)



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

de [Lei n.º 329/XII/4.ª \(GOV\)](#), após o que deu a palavra ao Senhor Secretário de Estado para uma alocução inicial.

De seguida, em sede de debate, intervieram os Senhores Deputados Eduardo Cabrita (PS), Elsa Cordeiro (PSD), Michael Seufert (CDS-PP), Paulo Sá (PCP) e Pedro Filipe Soares (BE), tendo o Senhor Presidente do Tribunal de Contas e o Senhor Juiz Conselheiro Mira Mendes usado da palavra para responder às questões colocadas.

No âmbito da segunda ronda de intervenções, usou da palavra o Senhor Deputado Eduardo Cabrita (PS), tendo o Senhor Secretário de Estado efetuado uma alocução final.

Não se registando intervenções adicionais, o Senhor Presidente deu por concluída a audição, agradecendo ao Senhor Secretário de Estado as considerações e esclarecimentos prestados sobre o diploma, e agradecendo o excelente relacionamento institucional com a Comissão no exercício das suas funções.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

Diversas informações referentes à audição, nomeadamente a apresentação efetuada e a sua gravação, podem ser consultadas na [página internet](#) da audição.

Não sendo suscitados outros assuntos, o Senhor Presidente deu por concluídos os trabalhos e a reunião do dia.

A reunião foi encerrada às 19:35 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 15 de julho de 2015

**O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO,
FERNANDO VIRGÍLIO MACEDO**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Cecília Meireles
Conceição Bessa Ruão
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
Fernando Virgílio Macedo
Isabel Santos
João Galamba
João Paulo Correia
Jorge Paulo Oliveira
Paulo Sá
Pedro Filipe Soares
Sónia Fertuzinhos
Vera Rodrigues
Vieira da Silva
Artur Rêgo
Bruno Coimbra
Cristóvão Norte
Hugo Velosa
Ivo Oliveira
Maria José Moreno
Michael Seufert
Pedro Pimpão
Ulisses Pereira
Vasco Cunha



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José de Matos Rosa

Pedro Nuno Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Nuno Reis

Informação

Projeto de Resolução n.º 1248/XII/4.ª (BE)

Contra a privatização do serviço público de Transporte Fluvial no Tejo (Transtejo e Soflusa)

Projeto de Resolução n.º 1254/XII/4.ª (PCP)

Em defesa do caminho-de-ferro nacional - pela reunificação e gestão integrada da ferrovia, contra a sua liquidação e desmembramento

Projeto de Resolução n.º 1300/XII/4.ª (BE)

Defende o futuro da CP carga

Projeto de Resolução n.º 1501/XII/4.ª (PS)

Recomenda ao Governo a suspensão das reprivatizações da CP Carga SA e EMEF SA

Projeto de Resolução n.º 1552/XII/4.ª (PCP)

Pelo cancelamento das privatizações da EMEF e CP Carga

Discussão ocorrida nos termos do art.º 128.º n.º 1 do RAR, em reunião da Comissão de 16/07/2015

1. [O Projeto de Resolução n.º 1248/XII/4.ª \(BE\)](#) - *Contra a privatização do serviço público de Transporte Fluvial no Tejo (Transtejo e Soflusa)* - deu entrada na Assembleia da República, a 4 de fevereiro de 2015, tendo sido admitido a 5 do mesmo mês, data na qual baixou à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública (COFAP) para discussão.
2. [O Projeto de Resolução n.º 1254/XII/4.ª \(PCP\)](#) - *Em defesa do caminho-de-ferro nacional - pela reunificação e gestão integrada da ferrovia, contra a sua liquidação e desmembramento* - deu entrada na Assembleia da República, a 6 de fevereiro de 2015, tendo sido admitido a 11 do mesmo mês, data na qual baixou à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública (COFAP) para discussão.
3. [O Projeto de Resolução n.º 1300/XII/4.ª \(BE\)](#) - *Defende o futuro da CP carga* - deu entrada na Assembleia da República, a 11 de março de 2015, tendo sido admitido a 18 do mesmo mês, data na qual baixou à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública (COFAP) para discussão.
4. [O Projeto de Resolução n.º 1501/XII/4.ª \(PS\)](#) - *Recomenda ao Governo a suspensão das reprivatizações da CP Carga SA e EMEF SA* - deu entrada na Assembleia da República, a 29 de maio de 2015, tendo sido admitido a 3 de junho data na qual baixou à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública (COFAP) para discussão.
5. [O Projeto de Resolução n.º 1552/XII/4.ª \(PCP\)](#) - *Pelo cancelamento das privatizações da EMEF e CP Carga* - deu entrada na Assembleia da República, a 25 de junho de 2015, tendo sido admitido a 26 do mesmo mês, data na qual baixou à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública (COFAP) para discussão.
6. A discussão destes Projetos de Resolução ocorreu, a solicitação dos proponentes, em reunião da COFAP de 16 de julho de 2015, em conjunto.
7. O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) apresentou os Projetos de Resolução da autoria do PCP, fazendo uma breve exposição da sua fundamentação e das propostas deles constantes.

8. O Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) apresentou os Projetos de Resolução da autoria do BE, fazendo uma breve exposição da sua fundamentação e das propostas deles constantes.
9. O Senhor Deputado Ivo Oliveira (PS) apresentou o Projeto de Resolução da autoria do PS, fazendo uma breve exposição da sua fundamentação e das propostas dele constantes.
10. O Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) e o Senhor Deputado Afonso Oliveira (PSD) intervieram para declarar que irão votar contra estes projetos de resolução, aquando da votação em plenário, criticando o teor dos projetos de resolução apresentados.
11. Os Senhores Deputados Bruno Dias (PCP) e Ivo Oliveira (PS) intervieram novamente, reiterando o conteúdo dos seus projetos de resolução e as posições políticas subjacentes.
12. Apreciados os projetos de resolução acima identificados, em reunião da COFAP realizada a 16 de julho de 2015, remete-se esta Informação a Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República, para votação, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, em 16 de julho de 2015

O Presidente da Comissão,
Eduardo Cabrita



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Informação

Projeto de Resolução n.º 1564/XII/4.ª (PCP)

Discussão ocorrida nos termos do art.º 128.º n.º1 do RAR, em reunião da Comissão de 16/07/2015

Recomenda ao Governo o imediato depósito e publicação dos Acordos Coletivos de Entidade Empregadora Pública

1. [O Projeto de Resolução n.º 1564/XII/4.ª \(PCP\)](#) - *Recomenda ao Governo o imediato depósito e publicação dos Acordos Coletivos de Entidade Empregadora Pública* - deu entrada na Assembleia da República, a 26 de junho de 2015, tendo sido admitido a 1 de julho, data na qual baixou à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública (COFAP) para discussão.
2. A discussão do Projeto de Resolução ocorreu, a solicitação do proponente, em reunião da COFAP de 16 de julho de 2015.
3. A Senhora Deputada Paula Santos (PCP) apresentou o Projeto de Resolução, fazendo uma breve exposição da sua fundamentação e das propostas deles constantes.
4. A Senhora Deputada Isabel Santos (PS) e o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) intervieram declarando que votarão a favor do projeto de resolução, na votação em plenário, corroborando, no essencial, o conteúdo do projeto.
5. A Senhora Deputada Maria José Moreno (PSD) e o Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) intervieram para declarar que irão votar contra este projeto de resolução, aquando da votação em plenário, criticando o teor do mesmo.
6. A Senhora Deputada Paula Santos (PCP) interveio novamente, reiterando o conteúdo do Projeto de Resolução e a posição política subjacente.
7. Apreciado o Projeto de Resolução acima identificado, em reunião da COFAP realizada a 16 de julho de 2015, remete-se esta Informação a Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República, para votação, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, em 16 de julho de 2015

O Presidente da Comissão,
Eduardo Cabrita



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Informação

Projeto de Resolução n.º 1310/XII/4.ª (BE)

Discussão ocorrida nos termos do art.º 128.º n.º 1 do RAR, em reunião da Comissão de 16/07/2015

Recomenda ao Governo o imediato depósito e publicação dos Acordos Coletivos de Entidade Empregadora Pública

1. [O Projeto de Resolução n.º 1310/XII/4.ª \(BE\)](#) - *Fim das penhoras de habitação própria permanente* - deu entrada na Assembleia da República, a 17 de março de 2015, tendo sido admitido a 18 do mesmo mês, data na qual baixou à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública (COFAP) para discussão.
2. A discussão do Projeto de Resolução ocorreu, a solicitação do proponente, em reunião da COFAP de 16 de julho de 2015.
3. O Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) apresentou o Projeto de Resolução, fazendo uma breve exposição da sua fundamentação e das propostas deles constantes.
4. O Senhor Deputado Carlos Santos Silva (PSD) e a Senhora Deputada Vera Rodrigues (CDS-PP) intervieram para declarar que irão votar contra este Projeto de Resolução, aquando da votação em plenário, considerando o mesmo desatualizado face à atual realidade.
5. O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) e o Senhor Deputado João Galamba (PS) intervieram declarando que votarão a favor do Projeto de Resolução, na votação em plenário, corroborando, no essencial, o conteúdo do projeto.
6. O Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) interveio novamente, reiterando o conteúdo do Projeto de Resolução e a posição política subjacente.
7. Apreciado o Projeto de Resolução acima identificado, em reunião da COFAP realizada a 16 de julho de 2015, remete-se esta Informação a Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República, para votação, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, em 16 de julho de 2015

O Presidente da Comissão,
Eduardo Cabrita